

RELATÓRIO ANUAL

2017



SICOOB
Crediadag

SMART PHONE



**CONHEÇA O QUE OFERECEMOS PARA QUE
VOCÊ TENHA A MELHOR EXPERIÊNCIA
FINANCEIRA POSSÍVEL.**

- Cobrança Bancária (Boletos)
- Maquininha de Cartão (Sipag)
- Capital de Giro
- Conta Garantida
- Consórcio
- Previdência
- Crédito Pessoal
- Antecipações de Recebíveis
(Cheques, duplicatas e cartões)

(62) 3273-2024

Rua 1126 ESQ. C/ 1128 QD.230 LT.01 - St. Marista, Goiânia - GO

Ouvidoria: 0800 725 0996



ÍNDICE

<u>DADOS CADASTRAIS</u>	4
<u>GESTÃO</u>	5
<u>O SICOOB CREDIADAG</u>	7
<u>GOVERNANÇA</u>	12
<u>INSTRUMENTOS DE GESTÃO</u>	13
<u>INDICADORES</u>	15
<u>PARECER DA AUDITORIA</u>	23
<u>DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</u>	24
<u>NOTAS EXPLICATIVAS</u>	30
<u>ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS</u>	44
<u>PARECER CONSELHO FISCAL</u>	48
<u>EVENTOS</u>	49

DADOS CADASTRAIS

DENOMINAÇÃO SOCIAL

Cooperativa de Crédito de Livre
Admissão da Grande Goiânia Ltda.

NOME COMERCIAL

Sicoob Crediadag

ENDEREÇO

Rua 1126, nº 505,
quadra 230, lote 01, loja 3
Setor Marista, Goiânia, Goiás.
CEP: 74175-130

CNPJ

10.209.619/0001-64

INSCRIÇÃO ESTADUAL

Isento

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

2.590.360

INSCRIÇÃO DA JUNTA COMERCIAL

52.4.0001159.2

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO NO BACEN

0701374709

INSCR. NO SINDICATO E ORG. DAS COOP. BRAS. DO EST. DE GOIÁS (OCB-GO)

470/09

TELEFONE

(62) 3273-2024

SITE

www.sicoobcrediadag.com.br

E-MAIL

crediadag@sicoobcrediadag.com.br

OUVIDORIA SICOOB

0800-725-0996

GESTÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO [2017 A 2020]

Silvio de Sousa Naves – Presidente
Renato Moreira da Silva – Vice-Presidente
Denerson Dias Rosa
Fabio da Silva e Almeida
José Luiz Bueno
Leonardo Brito de Barros
Sandra Alves Ferreira de Souza
Valtercides José de Souza
Wildson Lopes Safatle

CONSELHO FISCAL [2017 A 2020]

EFETIVO

Celso Augusto Ordones
Emmanuel Carlos Borges
João Bosco Pinto de Oliveira

SUPLENTE

Landualdo Silva Santos
Gustavo Brandão Bueno
Marco Vinicius Godoi de Melo e Cunha

DIRETORIA EXECUTIVA [2017 A 2020]

Mauro Ferreira de Miranda – Diretor Administrativo Financeiro
Moisés Jorge Abrahão – Diretor de Negócios



VISÃO

Ser reconhecida como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.



VALORES

- Transparência
- Comprometimento
- Solidariedade
- Respeito
- Ética
- Responsabilidade



MISSÃO

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e suas comunidades.



PRINCÍPIOS

- Adesão voluntária e livre
- Autonomia e independência
- Gestão democrática
- Educação, formação e informação
- Participação econômica dos membros
- Intercooperação
- Interesse pela comunidade

O SICOOB CREDIADAG



EM 2018, O SICOOB CREDIADAG **COMPLETARÁ 10 ANOS**

SERÁ UM ANO DE EMPENHO E DEDICAÇÃO DE TODOS OS ENVOLVIDOS PARA ATENDER ÀS EXPECTATIVAS DOS ASSOCIADOS, PREVALECENDO A ESSÊNCIA DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, GERANDO SOLUÇÕES FINANCEIRAS ADEQUADAS E SUSTENTÁVEIS.

A cooperativa iniciou suas atividades no dia 23 de outubro de 2008, em Goiânia (GO), sendo a primeira Cooperativa de Crédito Mútuo para distribuidores e atacadistas.

O ANO DE 2011, FOI MARCADO PELA APROVAÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA A AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE ATUAÇÃO, PERMITINDO QUE A COOPERATIVA ATUASSE NOS MUNICÍPIOS DE ABADIA DE GOIÁS, ARAGOIÂNIA, BELA VISTA DE GOIÁS, CATURAI, GOIANÓPOLIS, GOIANIRA, GUAPÓ, HIDROLÂNDIA, INHUMAS, NERÓPOLIS, NOVA VENEZA, SANTO ANTÔNIO DE GOIÁS, SENADOR CANEDO,

TERESÓPOLIS DE GOIÁS E TRINDADE, DENOMINANDO-SE COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS DISTRIBUIDORES E ATACADISTAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÁS LTDA – SICOOB CREDIADAG.

EM 22 DE OUTUBRO DE 2016,

UMA CONQUISTA SIGNIFICATIVA PARA A COOPERATIVA, O BANCO CENTRAL DO BRASIL, CONCEDE A AUTORIZAÇÃO PARA ATUAÇÃO NA MODALIDADE DE “LIVRE ADMISSÃO” DE ASSOCIADOS, PASSANDO A ADMITIR QUALQUER PESSOA FÍSICA E JURÍDICA, PASSANDO A DENOMINAÇÃO SOCIAL PARA COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA GRANDE GOIÂNIA LTDA.

O ANO DE 2017, FOI DE EXPANSÃO DOS RESULTADOS E INDICADORES. DEVIDO AO CRESCIMENTO, O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DELIBEROU E APROVOU COM BASE NO ARTIGO 17 DO ESTATUTO SOCIAL, O PAGAMENTO DE JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO EM 100% DA SELIC, NO EXERCÍCIO FINDO 31/12/2017, SENDO A MAIOR REMUNERAÇÃO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS.

Sicoob Consórcios. Cabe no seu bolso, Cabe na sua vida.



São diversas opções de consórcios, de acordo com o seu objetivo, sem juros e com as melhores condições. Você ainda conta com a solidez da maior instituição financeira cooperativa do Brasil.

Acesse www.sicoobcrediadag.com.br para saber mais ou fale com o seu gerente.

MENSAGEM

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos associados o **Relatório Anual do Exercício de 2017**, demonstrando a evolução do Sicoob Crediadag. O ano de 2017 foi marcado por muitas conquistas e grande desenvolvimento. Buscamos proporcionar aos nossos associados o melhor atendimento e a conscientização de que eles são os donos do Sicoob Crediadag. E que somente com a participação deles é possível que a instituição continue a oferecer produtos e serviços financeiros em condições vantajosas, que promovam a economia em taxas de juros e tarifas, além de proporcionar o mais importante: a participação nos resultados, que é o grande diferencial em relação aos bancos.

Os números que apresentamos por meio das Demonstrações Contábeis a seguir, reafirmam a confiança que os nossos associados tiveram em movimentar com a cooperativa.

Destacamos no exercício de 2017, o crescimento de 79% dos ativos totais, 32% do Patrimônio Líquido e, consequentemente, 151% de Sobras, o que retorna para todos os associados que contribuíram para esse crescimento.

O que seria crescer sem planejar? O crescimento está ligado ao planejamento estratégico que vem sendo cuidadosamente ajustado e elaborado pela atual gestão, a qual atua com seriedade e transparência, preservando e cultivando as boas práticas de governança cooperativa com estrito respeito às normas do Banco Central do Brasil.

Ressaltamos que 2018 será um ano significativo, no qual o Sicoob Crediadag completará 10 anos de atuação junto aos seus associados e que estaremos empenhados como sempre para que sejam alcançados excelentes resultados. Vamos trabalhar para proporcionar produtos e serviços financeiros que vão ao encontro das necessidades e anseios dos nossos cooperados.

Avante, e uma cooperativa cada vez mais forte para todos nós! Faça parte!

Conselho de Administração



SIPAG. PARA TODO NEGÓCIO, PARA TODO COOPERADO E PARA TODA HORA.



sipag
S



A maquininha que faz mais por você, pelo seu negócio e pela sua cooperativa.



sipag.com.br

Para mais informações:
www.sicoobcrediadag.com.br ou ligue (62) 3273-2024
Ouvidoria: 0800 646 4001
Atendimento: seg. a sex. - das 8h às 20h
Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458



SICOOB
Crediadag

sipag
Soluções Integradas de Pagamento

MENSAGEM

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Com o objetivo de construirmos uma cooperativa cada vez mais sólida e forte para os nossos cooperados, consolidamos um ano de muitas realizações. Apesar do ano de 2017 ter sido um ano de muitas incertezas na economia e na política, o Sicoob Crediadag, fechou o ano com crescimento em todos os índices, conforme apresentado neste relatório.

Foi um ano de muitas mudanças e conquistas, conquistas estas que fizeram com que a nossa cooperativa se destacasse perante aos seus cooperados. Temos a certeza de que estamos no caminho certo que é oferecermos aos nossos cooperados “Soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo aos associados e a nossa comunidade”.

Em 2017 realizamos o nosso primeiro “Gerando Negócios”, no qual os cooperados participantes puderam apresentar as suas empresas e oferecer os produtos aos demais cooperados, fortalecendo a interação entre os associados. Também realizamos o Planejamento Estratégico para os anos de 2017/2019, no qual foram estabelecidas as metas e diretrizes para o constante crescimento do Sicoob Crediadag.

Juntos faremos com que o ano de 2018 seja repleto de Grandes conquistas para o Sicoob Crediadag. Também em 2018 comemoraremos 10 anos de fundação da nossa cooperativa, que foi criada para fortalecer ainda mais os nossos cooperados.

GOVERNANÇA NO SICOOB CREDIADAG

O Conselho de Administração é um órgão estatutário, responsável pela administração, sujeito aos ditames do Estatuto Social da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Grande Goiânia Ltda – Sicoob Crediadag e de forma complementar, regido por um regimento próprio. Tem como finalidade estabelecer diretrizes, planos, metas e estratégias para garantir a adequada e eficaz consecução dos objetivos estatutários da Cooperativa e o fortalecimento do Sicoob. O Conselho tem 9 membros, dos quais um ocupa o cargo de Presidente do Conselho, outro o de Vice-Presidente e os demais são conselheiros vogais. Ainda, é o mesmo Conselho que elege a Diretoria Executiva, responsável por cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, bem como executar planos, metas e estratégias para garantir a adequada e eficaz consecução dos objetivos estatutários do Sicoob Crediadag.

Disseminar as diretrizes para boas práticas de governança na cooperativa é um dos objetivos da atual gestão, pautada na transparência, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

CONTROLE:

As atividades da Cooperativa são monitoradas pelo Controle Interno e Risco e periodicamente, pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC e pelo Conselho Fiscal, eleito pelos cooperados em Assembleia Geral Ordinária.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO

O Conselho de Administração do Sicoob Crediadag, realizou em novembro de 2017, o encontro entre conselhos, dirigentes e funcionários, para elaboração do Planejamento Estratégico 2018, e por meio desse, foram definidos objetivos de curto, médio e longo prazo, os quais serão transformados em planos de ação e projetos específicos. Foram formados Comitês de Trabalho, para avaliar o andamento de cada projeto e os fatores internos e externos que podem afetar sua execução, determinando as correções de rumo que se mostrarem necessárias.

GESTÃO DE RISCOS

Abaixo destacamos os riscos que são avaliados sistematicamente, e de responsabilidade de gestão centralizada pelo Sicoob Confederação:

- Riscos Operacionais (relacionados à perda de capacidade de operação por falha, deficiência ou inadequação de processos, pessoas e sistemas);
- Riscos de Mercado (são externos à cooperativa, como a flutuação de outros ativos financeiros).
- Riscos de Liquidez (de um lado, manutenção da Capacidade da cooperativa realizar suas transações no prazo definido e sem perda de valor, de outro, manutenção da sua capacidade de saldar os compromissos assumidos);

- Riscos de Crédito (resultantes, principalmente, da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com cooperados e contrapartes nas diferentes formas de financiamento praticadas pela cooperativa);
- Gestão de Capital (visa minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face nos riscos a que a cooperativa está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital);

A responsabilidade pela Gestão de Riscos é do Conselho de Administração por meio da área de Controles Internos e Riscos, com monitoramento do Sicoob Goiás Central e Sicoob Confederação.

GESTÃO DE PESSOAS

O Sicoob Crediadag, preza pela qualidade de seus recursos humanos e pelo desenvolvimento dos seus colaboradores. A cooperativa investe em programas de capacitação e aperfeiçoamento de acordo com as necessidades e os planos de cada área. Ainda, conta com o apoio do Sicoob Goiás Central na área de Recursos Humanos e o Núcleo de Educação do Sicoob Goiás Central, com cursos presenciais e on-line por meio da plataforma Sicoob Universidade.

SISTEMAS DE TI

As soluções tecnológicas são centralizadas, e por estarmos inseridos no Sistema Sicoob,

utilizamos o sistema operacional SISBR – Sistema de Informática do Sicoob, o qual integra operacional e nacionalmente as cooperativas do Sicoob, agregando o que há de mais moderno da área de tecnologia para proporcionar toda a infraestrutura e facilidade que o negócio precisa.

CÓDIGO DE ÉTICA E CONDUTA

O código de Ética e Conduta profissional proposto pelo Sicoob foi adotado pela cooperativa e por consequência todos os integrantes, sendo também disponibilizado.



INDICADORES



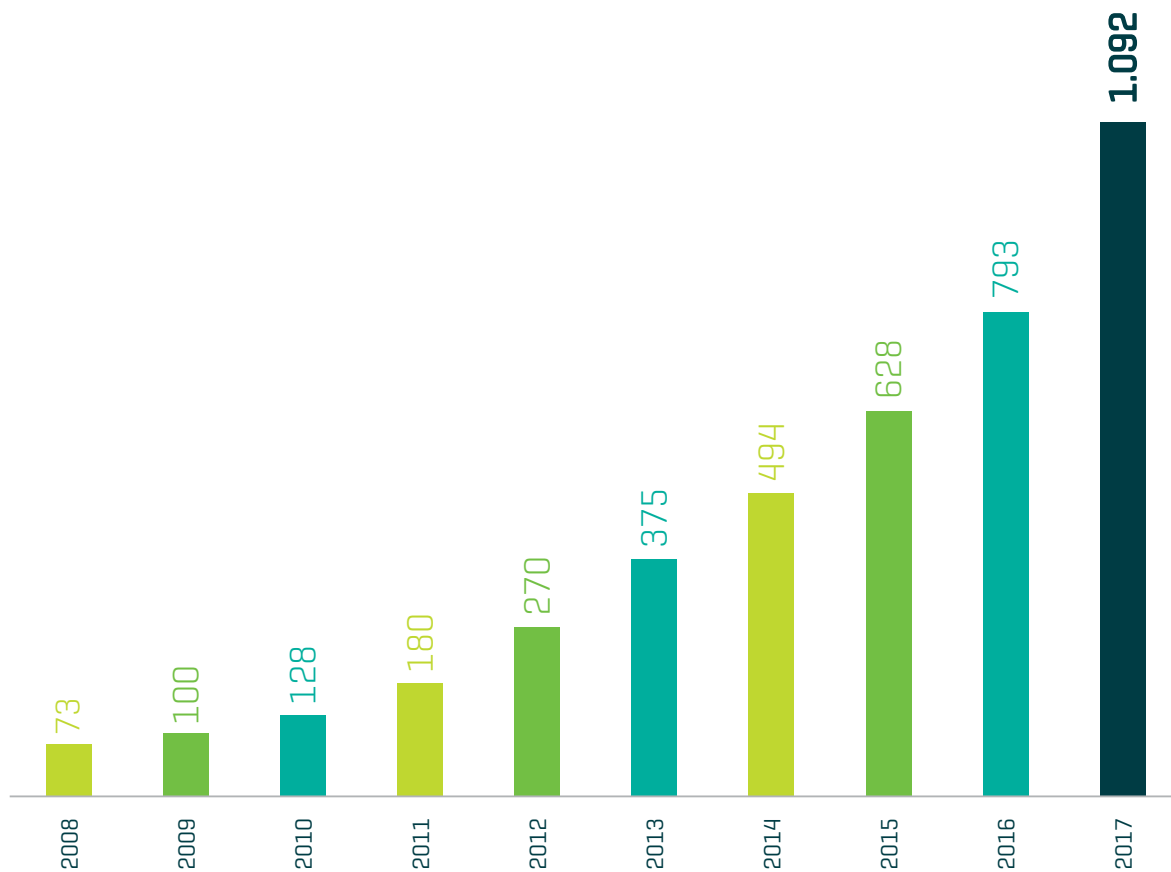
Jun Jul Aug Sep Oct Nov Dec

ASSOCIADOS

[+38%]

O Sicoob Crediadag atingiu 1.092 associados em 2017, um crescimento de 38% em relação ao ano anterior.

Demonstra uma forte tendência de continuar crescendo, fortalecendo o quadro associativo e reafirmando o propósito dos princípios do cooperativismo de crédito.



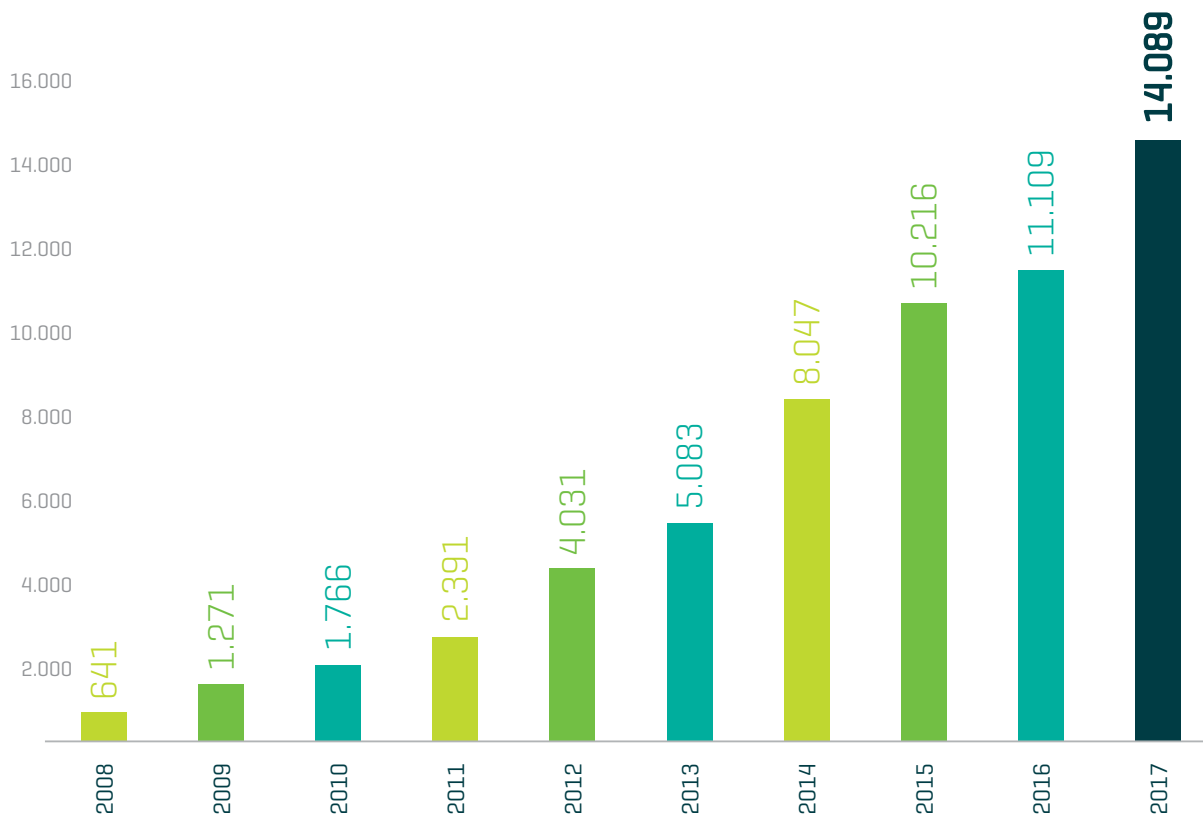
CAPITAL SOCIAL

TOTAL DE COTAS ADQUIRIDAS/INTEGRALIZADAS

[+27%]

O Capital Social é o somatório de quotas-partes dos associados da cooperativa. O Sicoob Crediadag cresceu 27% no exercício de 2017.

A quota-parte é o valor, em moeda corrente, que cada pessoa ao ingressar na cooperativa aporta, tornando-se, legitimamente, associado. O Capital é imprescindível para suportar as atividades financeiras e fortalecer o desenvolvimento da cooperativa.



Todos os valores em R\$ 1.000,00

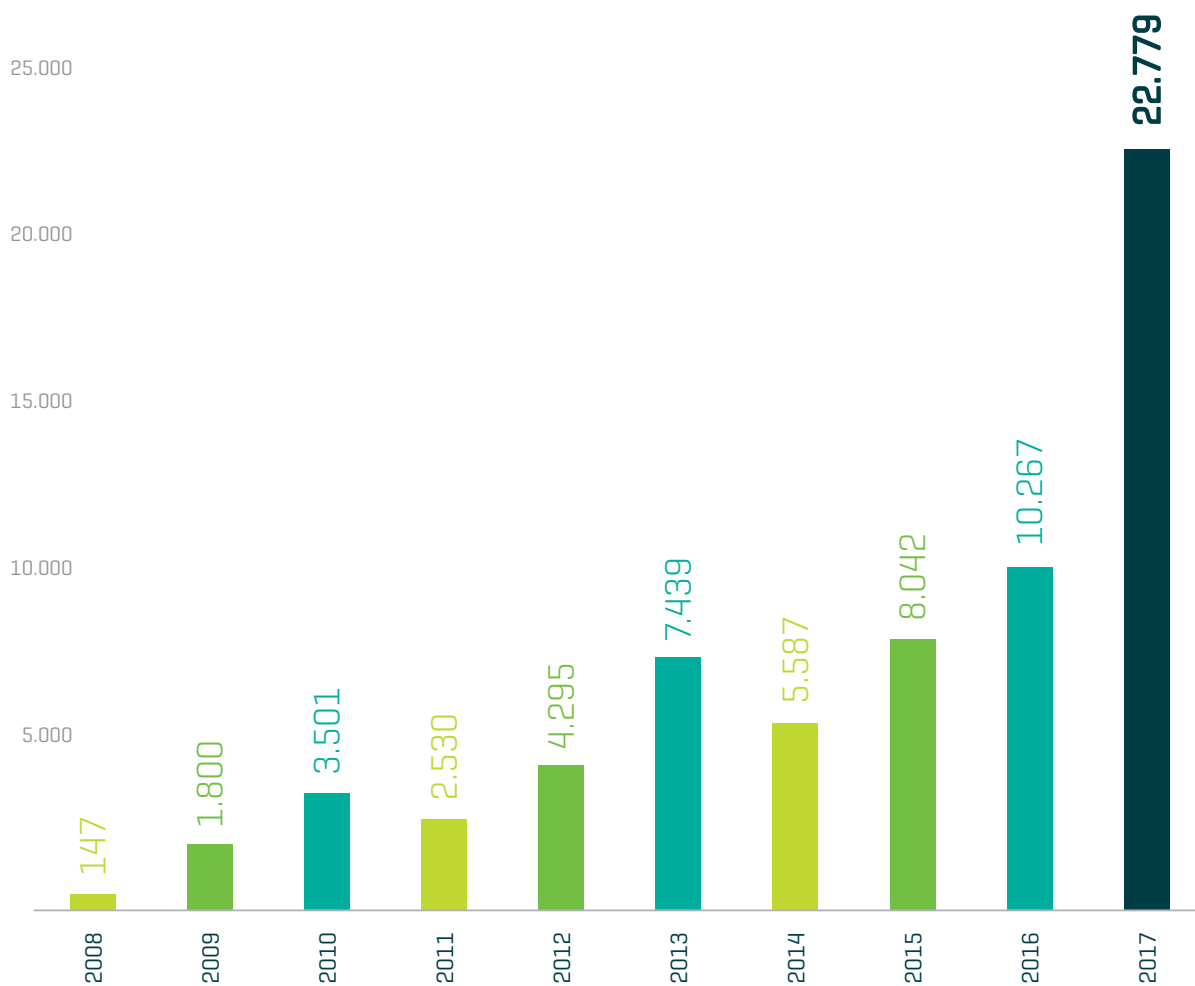
DEPÓSITOS TOTAIS

TOTAL DE SALDO EM CONTA CORRENTE MAIS APLICAÇÕES

[+122%]

Os depósitos são a somatória do depósito à vista e a prazo.

Registrou um crescimento de 122% em relação ao ano anterior.



Todos os valores em R\$ 1.000,00

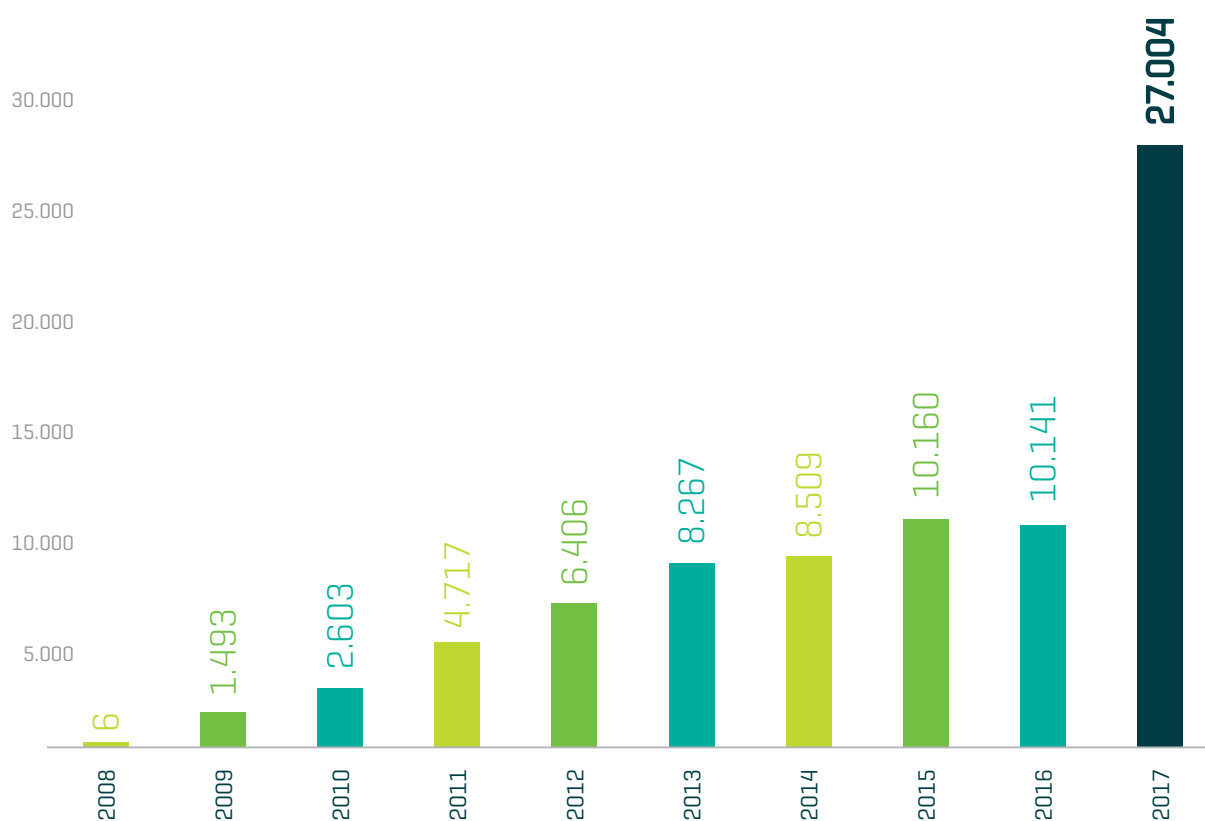
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

TOTAL DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DESCONTOS

[+166%]

O Sicoob Crediadag encerrou o exercício de 2017, com R\$ 27.004 milhões de saldo em suas operações de crédito, um aumento de 166% em relação ao ano anterior.

A Cooperativa disponibilizou recursos em diversas modalidades para os seus associados, sempre de acordo com as boas práticas financeiras e dentro dos limites autorizados pelas normas legais.



Todos os valores em R\$ 1.000,00

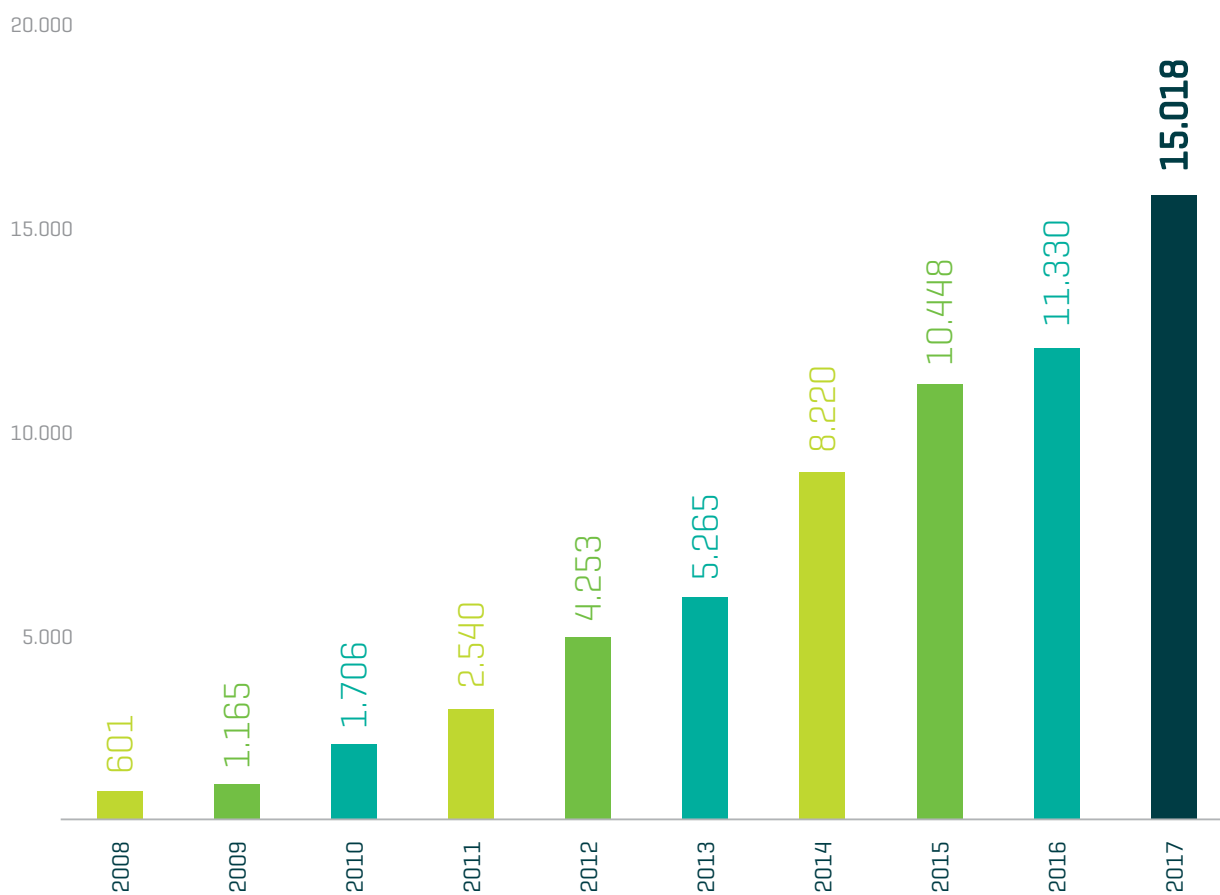
PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL + SOBRAS DO EXERCÍCIO + FUNDO DE RESERVA

[+33%]

O Patrimônio Líquido é o principal indicador de solidez das instituições financeiras.

O Sicoob Crediadag alcançou em 2017 a cifra de R\$ 15.018 milhões, um crescimento de 33% em relação ao ano anterior.



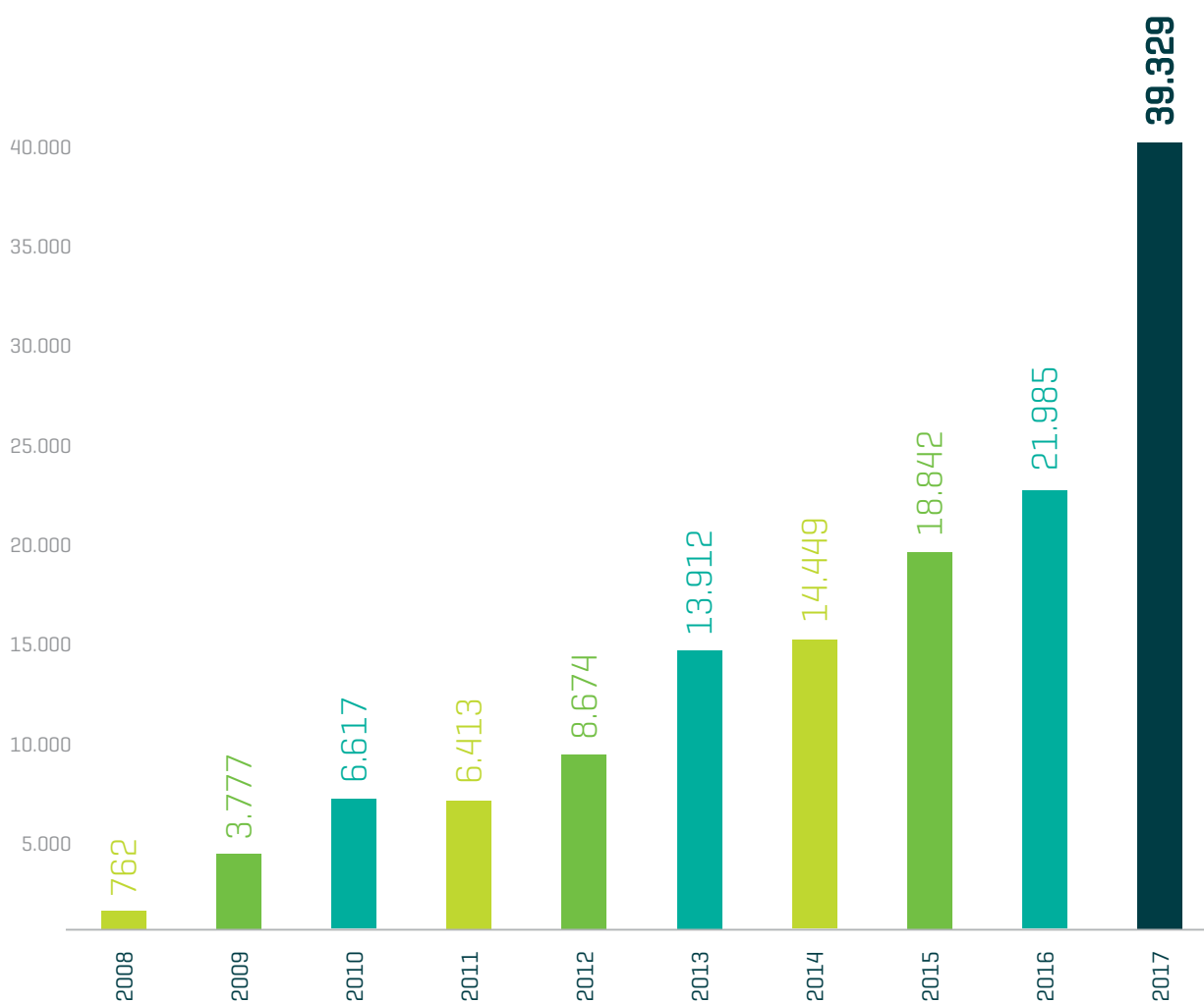
Todos os valores em R\$ 1.000,00

ATIVOS TOTAIS

CAIXA, CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA, OPERAÇÕES DE CRÉDITO E IMOBILIZADO

[+79%]

O desempenho relativo aos depósitos e aos empréstimos, refletiram sobre os ativos totais da cooperativa, que cresceu 79%, alcançando R\$ 39.329 milhões, em relação ao ano anterior.



Todos os valores em R\$ 1.000,00

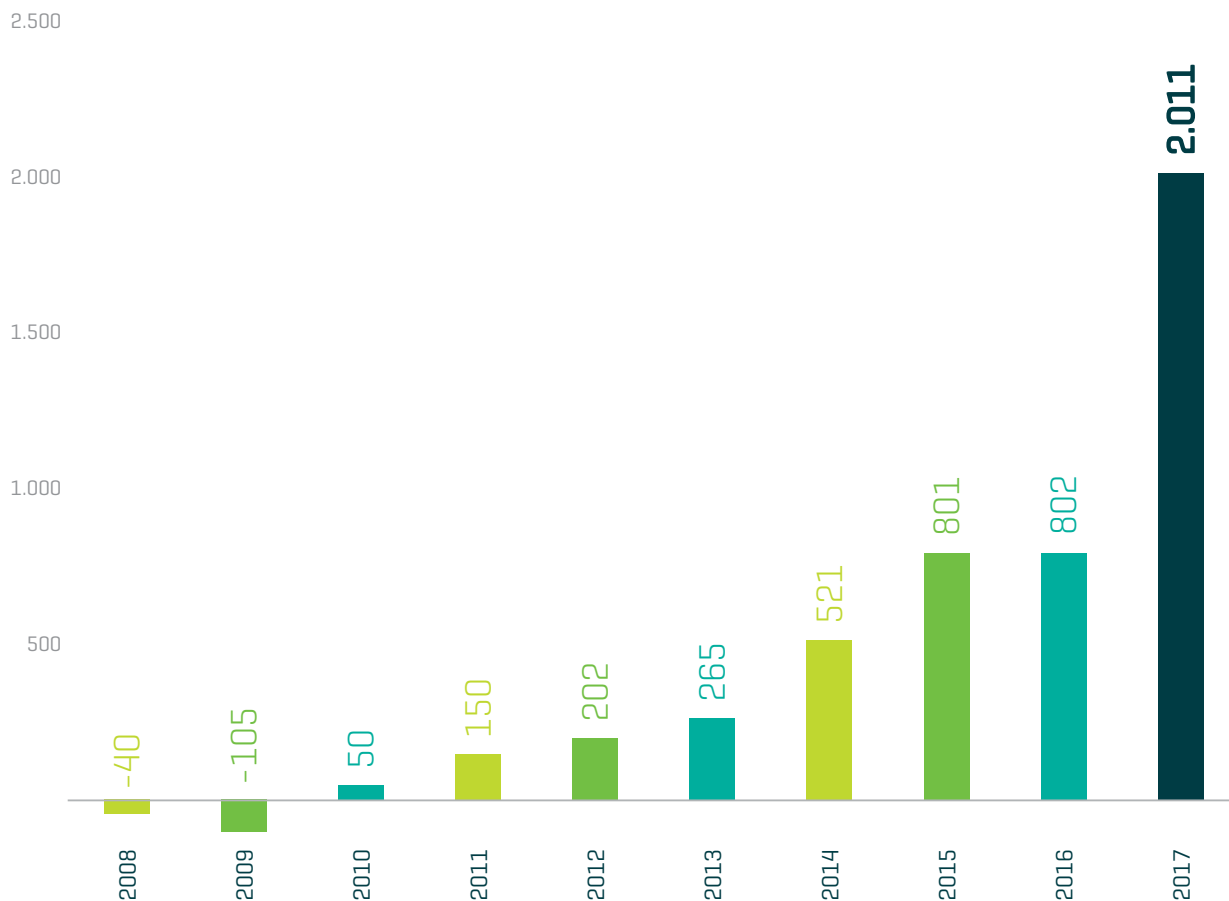
SOBRAS

RESULTADO

[+151%]

As sobras do Sicoob Crediadag totalizaram R\$ 2.011 milhões em 2017.

A boa performance econômica e financeira, constituem as economias da cooperativa para os associados que serão distribuídas de acordo com o valor das operações realizadas de cada cooperado.



Todos os valores em R\$ 1.000,00

PARECER DA AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Grande Goiânia Ltda. – Sicoob Crediadag Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Grande Goiânia Ltda. – Sicoob Crediadag, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Crediadag em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Crediadag para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 1º de março de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Anual da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 28 de fevereiro de 2018.




Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**EXERCÍCIO FINDO EM
31.12.2017 E 31.12.2016**

A - BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO - VALORES EM UNIDADES DE REAL (R\$)

ATIVO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	27.350.554	16.984.514
DISPONIBILIDADES	572.683	235.963
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 4)	8.370.068	8.944.795
Centralização Financeira - Cooperativas	8.370.068	8.944.795
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	17.102.525	7.085.352
Operações de Crédito: Setor Privado	17.375.839	7.268.229
(-) Provisão p/ Oper. de Crédito de Liq. Duvidosa	(273.314)	(182.877)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	611.123	588.244
Rendas a Receber	481.598	278.512
Diversos	129.525	309.732
OUTROS VALORES E BENS (Nota 7)	694.155	130.160
Bens não de Uso Próprio	694.155	128.160
Despesas Antecipadas	-	2.000
NÃO CIRCULANTE	11.978.942	5.000.868
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	9.901.622	3.055.643
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 5)	9.901.622	3.055.643
Operações de Crédito: Setor Privado	10.045.916	3.134.511
(-) Provisão p/ Oper. de Crédito de Liq. Duvidosa	(144.294)	(78.868)
INVESTIMENTOS (Nota 8)	1.682.730	1.513.102
Ações e Cotas	1.682.730	1.513.102
IMOBILIZADO DE USO (Nota 9)	364.697	409.312
Outras Imobilizações Uso	685.591	656.738
(-) Depreciações Acumuladas	(320.894)	(247.426)
INTANGÍVEL	29.893	22.811
Direito de Uso	79.205	61.589
(-) Amortizações Acumuladas de Ativos Intangíveis	(49.312)	(38.778)
TOTAL DO ATIVO	39.329.496	21.985.382

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2017.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

MAURO FERREIRA DE MIRANDA
Diretor
C.P.F: 532.302.301-59

MOISES JORGE ABRAHAO
Diretor
C.P.F: 010.616.931-98

FABRICIA FREITAS DOS SANTOS
Contadora: CRC-GO 023273/0-6
C.P.F: 002.650.161-93

A - BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO - VALORES EM UNIDADES DE REAL (R\$)

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE	24.311.513	10.655.366
DEPÓSITOS [Nota 10]	22.779.344	10.266.944
Depósitos à Vista	7.576.362	4.159.868
Depósitos a Prazo	15.202.982	6.107.076
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS [Nota 11]	1.015.869	153.664
Repasses Interfinanceiros	1.015.869	153.664
OUTRAS OBRIGAÇÕES [Nota 12]	516.300	234.758
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.799	3.991
Sociais e Estatutárias	119.215	35.402
Fiscais e Previdenciárias	92.700	99.773
Diversas	290.586	95.593
PATRIMÔNIO LÍQUIDO [Nota 14]	15.017.983	11.330.016
CAPITAL SOCIAL	14.089.101	11.109.210
De Domiciliados no País	14.090.141	11.111.722
(-) Capital a Realizar	(1.040)	(2.512)
RESERVA DE SOBRAS	625.573	166.598
Reserva Legal	235.604	105.614
Reservas Estatutárias	389.970	60.984
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	303.309	54.208
Sobras ou Perdas Acumuladas de Exercícios Encerrados	303.309	54.208
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	39.329.496	21.985.382

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2017.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

MAURO FERREIRA DE MIRANDA
Diretor
C.P.F: 532.302.301-59

MOISES JORGE ABRAHAO
Diretor
C.P.F: 010.616.931-98

FABRICIA FREITAS DOS SANTOS
Contadora: CRC-GO 023273/0-6
C.P.F: 002.650.161-93

B - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIO SOBRAS E PERDAS

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31.12.2017 E EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2016

VALORES EM UNIDADES DE REAL (R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2º SEMESTRE 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.907.572	4.789.124	3.030.032
Operações de Crédito [Nota 15]	2.907.572	4.789.124	3.030.032
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	[705.863]	[1.409.150]	[849.612]
Operações de Captação no Mercado [Nota 10]	[475.397]	[877.221]	[677.067]
Operações de Empréstimos e Repasses	[58.920]	[65.262]	[3.664]
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	[171.546]	[466.667]	[168.881]
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.201.709	3.379.974	2.180.420
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	[621.211]	[1.329.404]	[1.366.882]
Receitas de Prestação de Serviços	351.589	655.173	484.606
Rendas de Tarifas Bancárias	784.609	1.316.455	804.500
Despesas de Pessoal	[1.048.993]	[2.006.822]	[1.853.141]
Outras Despesas Administrativas [Nota 16]	[974.293]	[1.819.439]	[1.506.263]
Despesas Tributárias	[29.865]	[73.496]	[30.775]
Outras Receitas Operacionais [Nota 17]	597.861	1.226.562	1.398.518
Outras Despesas Operacionais [Nota 18]	[302.119]	[627.837]	[664.327]
RESULTADO OPERACIONAL	1.580.498	2.050.570	813.538
Resultado não Operacional	2.582	2.089	1.332
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.583.080	2.052.659	814.870
Imposto de Renda e Contribuição Social	[28.147]	[41.643]	[12.547]
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL	1.554.933	2.011.016	802.323
Juros sobre o Capital Próprio	[1.144.418]	[1.144.418]	[666.804]
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES	410.515	866.598	135.519
Fates/Reserva Legal/Reserva Estatutária	-	[563.289]	[81.311]
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA	410.515	303.309	54.208

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2017.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

MAURO FERREIRA DE MIRANDA
Diretor
C.P.F.: 532.302.301-59

MOISES JORGE ABRAHAO
Diretor
C.P.F.: 010.616.931-98

FABRICIA FREITAS DOS SANTOS
Contadora: CRC-GO 023273/0-6
C.P.F.: 002.650.161-93

C - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2017 E 31.12.2016 - VALORES EM UNIDADES DE REAL [R\$]

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	DE SOBRAS	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
		Legal	Fundo para Aumento de Capital (Estatutária)		
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO: EM 01.01.2016	10.216.323	92.062	73.759	65.563	10.447.707
1 - AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAPITAL					
Integralização de Capital	794.048				794.048
Incorporação de sobras conforme AGO	65.563			[65.563]	-
Incorporação de juros ao capital conforme AGO	659.819				659.819
Devolução de Capital	[700.302]				[700.302]
2 - OUTROS EVENTOS					
Incorporação de Reserva:					
Fundo para Aumento de Capital	73.759		[73.759]		-
3 - SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO				135.519	135.519
4 - DESTINAÇÕES DAS SOBRAS:					
F.A.T.E.S				[6.775]	[6.775]
Fundo de Reserva		13.552		[13.552]	-
Fundo para Aumento de Capital			60.984	[60.984]	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO: EM 31.12.2016	11.109.210	105.614	60.984	54.208	11.330.016
Mutações do Período	892.887	13.552	[12.775]	[11.355]	882.309
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO: EM 01.01.2017	11.109.210	105.614	60.984	54.208	11.330.016
1 - AUMENTO/(REDUÇÃO) DE CAPITAL					
Integralização de Capital	3.407.478				3.407.478
Incorporação de sobras conforme AGO	54.208			[54.208]	-
Incorporação de juros ao capital conforme AGO	1.123.857				1.123.857
Devolução de Capital	[1.666.636]				[1.666.636]
2 - OUTROS EVENTOS					
Incorporação de Reserva:					
Fundo para Aumento de Capital	60.984		[60.984]		-
3 - SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO				866.599	866.599
4 - DESTINAÇÕES DAS SOBRAS:					
F.A.T.E.S				[43.330]	[43.330]
Fundo de Reserva		129.990		[129.990]	-
Fundo para Aumento de Capital			389.970	[389.970]	-
Saldo no Fim do Período: Em 31.12.2017	14.089.101	235.604	389.970	303.309	15.017.984
Mutações do Período	2.979.891	129.990	328.986	249.101	3.687.968

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2017.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

MAURO FERREIRA DE MIRANDA
Diretor
C.P.F: 532.302.301-59

MOISES JORGE ABRAHAO
Diretor
C.P.F: 010.616.931-98

FABRICIA FREITAS DOS SANTOS
Contadora: CRC-GO 023273/0-6
C.P.F: 002.650.161-93

D - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31.12.2017 E 31.12.2016 - VALORES EM UNIDADES DE REAL (R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016 REAPRESENTADO
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	866.598	135.519
AJUSTES AS SOBRAS/PERDAS LÍQUIDAS (NÃO AFETARAM O CAIXA)	550.669	236.724
Despesas de depreciação e amortização	84.002	67.843
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	466.667	168.881
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS:	(4.303.876)	1.735.110
Relações Interfinanceiras e Interdependências	862.205	54.664
Operações de Crédito	(17.329.819)	(150.135)
Outros Créditos	(22.879)	(240.708)
Outros Valores e Bens	(563.995)	(128.712)
Depósitos	12.512.400	2.224.727
Outras Obrigações	238.212	(24.726)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.886.609)	2.107.353
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Investimentos	(169.628)	(272.699)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(28.853)	(221.217)
Aplicação no Intangível	(17.616)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(216.097)	(493.916)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento/Redução de capital	1.740.842	93.746
Incorporação de Juros ao Capital	1.123.857	659.819
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.864.699	753.565
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA	(238.007)	2.367.002
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	9.180.758	6.813.756
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	8.942.751	9.180.758
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(238.007)	2.367.002

Goiânia-GO, 31 de dezembro de 2017.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

MAURO FERREIRA DE MIRANDA
Diretor
C.P.F: 532.302.301-59

MOISES JORGE ABRAHAO
Diretor
C.P.F: 010.616.931-98

FABRICIA FREITAS DOS SANTOS
Contadora: CRC-GO 023273/0-6
C.P.F: 002.650.161-93

NOTAS EXPLICATIVAS

ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31/12/2017 E 31/12/2016**

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA GRANDE GOIANIA LTDA - SICOOB CREDIADAG é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 25/07/2008, filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB - SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIADAG tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. - Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.424/2015.

2.1 - REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 2016

Os saldos comparativos da Demonstração do Fluxo de Caixa, relativos a 31 de dezembro de 2016, divulgados em conformidade com o previsto no Cosif 1.22.3.9, estão sendo reapresentados em cumprimento à Resolução CMN nº 4.007/2011, tendo em vista correção de erros e/ou mudanças de práticas contábeis realizados pela Administração da cooperativa, conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	PUBLICAÇÃO 31/12/2016	AJUSTE / RECLASSIFICAÇÃO		SALDO REAPRESENTADO
Caixa líquido da atividade operacional	[333.366]	2.440.719	[a], [b]	2.107.353
Caixa líquido da atividade de investimento	[493.916]	-		[493.916]
Caixa líquido da atividade de financiamento	941.652	[188.087]	[b]	753.565
Aumento [redução] caixa e equivalentes de caixa	114.370	2.252.632		2.367.002
Caixa e equivalentes de caixa início do período	121.593	6.692.163	[a]	6.813.756
Caixa e equivalentes de caixa final do período	235.963	8.944.795	[a]	9.180.758
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	114.370	2.252.632		2.367.002

(a) Reclassificação do saldo da Centralização Financeira (Relações Interfinanceiras) das atividades operacionais para caixa e equivalentes de caixa, tendo em vista atenderem às características de caixa e equivalentes de caixa conforme definido no item 6 do CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008.

(b) Ajuste de apresentação do aumento de capital, incorporação de juros ao capital e constituição/reversão de Reservas Estatutárias, que estavam apresentados inadequadamente nos fluxos de caixa de atividades de financiamento.

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2017** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2017**.

4 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Em **31 de dezembro de 2017** e **2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativa	8.370.068	8.944.795

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL, conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL	
Adiantamento a Depositante	60.978	-	60.978	63.178
Empréstimos	8.849.034	8.071.736	16.920.770	5.329.240
Títulos Descontados	7.522.124	3.822	7.525.946	3.863.898
Financiamentos	777.014	1.121.111	1.898.125	992.794
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	166.689	849.247	1.015.936	153.630
(-) Provisões para Operações de Crédito	[273.314]	[144.294]	[417.608]	[261.745]
TOTAL	17.102.525	9.901.622	27.004.147	10.140.995

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D /Cheque Espec. /Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - NORMAL	2.207.051	-	-	-	2.207.051	-	1.164.850	-
A 0,5% NORMAL	9.073.562	402.650	1.264.982	574.543	11.315.736	[56.579]	5.978.512	[29.893]
B 1% NORMAL	8.167.726	1.137.685	461.939	441.393	10.208.743	[102.087]	1.840.572	[18.406]
B 1% VENCIDAS	82.050	-	-	-	82.050	[821]	126.844	[1.268]
C 3% NORMAL	2.326.670	290.617	119.016	-	2.736.304	[82.089]	1.005.970	[30.179]
C 3% VENCIDAS	171.985	1.913	-	-	173.898	[5.217]	26.423	[793]
D 10% NORMAL	215.581	159.557	52.188	-	427.326	[42.733]	4.081	[408]
D 10% VENCIDAS	78.630	70	-	-	78.700	[7.870]	23.497	[2.350]
E 30% NORMAL	-	15.000	-	-	15.000	[4.500]	-	-
E 30% VENCIDAS	78.008	6.761	-	-	84.769	[25.431]	4.854	[1.456]
F 50% NORMAL	-	-	-	-	-	-	10.000	[5.000]
F 50% VENCIDAS	-	-	-	-	-	-	68.192	[34.096]
G 70% NORMAL	-	5.000	-	-	5.000	[3.500]	2.000	[1.400]
G 70% VENCIDAS	-	1.315	-	-	1.315	[920]	34.830	[24.381]
H 100% NORMAL	499	30.112	-	-	30.112	[30.111]	13.300	[13.300]
H 100% VENCIDAS	36.167	19.085	-	-	55.750	[55.750]	98.815	[98.815]
Total Normal	21.991.089	2.040.621	1.898.125	1.015.936	26.945.771	[321.599]	10.019.284	[98.585]
Total Vencidos	446.840	29.144	-	-	475.984	[96.009]	383.456	[163.160]
Total Geral	22.437.929	2.069.765	1.898.125	1.015.936	27.421.755	[417.608]	10.402.740	[261.745]
Provisões	[284.993]	[105.595]	[19.734]	[7.287]	[417.608]		[261.745]	
Total Líquido	22.152.936	1.964.170	1.878.391	1.008.649	27.004.147		10.140.995	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

DESCRIÇÃO	ATÉ 90	DE 91 ATÉ 360	ACIMA DE 360	TOTAL
Empréstimos	1.473.968	5.366.279	8.071.737	14.911.983
Financiamentos	227.343	549.671	1.121.111	1.898.125
Financiamentos Rurais	-	166.689	849.247	1.015.936
TOTAL	1.701.311	6.082.639	10.042.095	17.826.044

(*) Este quadro não contempla adiantamento a depositante, cheque especial, conta garantida e títulos descontados.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

DESCRIÇÃO	CONTA CORRENTE	EMPRÉSTIMO / FINANCIAMENTO	TÍTULO DESCONTADO	CRÉDITO RURAL	31/12/2017	% DA CARTEIRA
SETOR PRIVADO - COMÉRCIO	193.671	4.855.984	2.093.254	-	7.142.909	26%
SETOR PRIVADO - INDÚSTRIA	204.735	1.327.047	1.371.885	-	2.903.667	11%
SETOR PRIVADO - SERVIÇOS	1.344.294	9.527.945	4.036.550	-	14.908.789	54%
PESSOA FÍSICA	327.065	1.099.132	24.257	1.015.936	2.466.390	9%
TOTAL	2.069.765	16.810.108	7.525.946	1.015.936	27.421.755	100%

e) Concentração dos Principais Devedores:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2016	% CARTEIRA TOTAL
Maior Devedor	1.583.886	6,00%	857.721	8,00%
10 Maiores Devedores	11.177.510	41,00%	5.477.062	52,00%
50 Maiores Devedores	21.427.087	78,00%	9.090.468	87,00%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	332.469	120.845
Valor das operações transferidas no período	458.210	304.229
Valor das operações recuperadas no período	[222.365]	[92.605]
TOTAL	568.314	332.469

g) Movimentação de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	261.745	246.629
Transferência para Prejuízo	[336.099]	[164.885]
Constituições	491.962	180.001
SALDO FINAL	417.608	261.745

6 – OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

MODALIDADE	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber	481.598	278.511
Adiantamento e Antecipações Salariais	4.141	2.335
Adiantamento para Pagamento de Nossa Conta	1.905	19.131
Adiantamento por Conta de Imobilizações	-	2.118
Impostos e Contribuições a compensar	-	1.520
Títulos e Créditos a Receber	39.359	32.768
Devedores Diversos – País	84.120	251.861
TOTAL	611.123	588.244

7 – OUTROS VALORES E BENS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
BENS NÃO DE USO PRÓPRIO [a]	694.155	128.160
DESPESAS ANTECIPADAS [b]	-	2.000
TOTAL	694.155	130.160

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Referem-se aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista e IPTU.

8 – INVESTIMENTOS

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB GOIÁS CENTRAL e ações do BANCOOB.

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	1.320.828	1.201.415
Participações inst financ controlada coop crédito	361.902	311.687
TOTAL	1.682.730	1.513.102

9 – IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016	TAXA DEPRECIÇÃO
Instalações	265.649	265.649	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	[97.110]	[70.545]	
Móveis e equipamentos de Uso	255.777	254.371	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	[127.528]	[101.951]	
Sistema de Comunicação	11.859	9.059	20%
Sistema de Processamento de Dados	117.068	93.609	10%
Sistema de Segurança	35.238	34.050	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	[96.256]	[74.930]	
TOTAL	364.697	409.313	

10 – DEPÓSITOS

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixados. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de Pro-rata temporis; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	7.576.362	4.159.868
Depósito a Prazo	15.202.982	6.107.077
TOTAL	22.779.344	10.266.945

Os depósitos até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos Principais Depositantes:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	% CARTEIRA TOTAL	31/12/2016	% CARTEIRA TOTAL
Maior Depositante	3.345.639	15,00%	1.163.497	11,00%
10 Maiores Depositantes	10.887.833	48,00%	4.719.124	47,00%
50 Maiores Depositantes	17.429.699	77,00%	8.377.886	83,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Despesas de Depósitos a Prazo	[877.221]	[677.067]

11 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (REPASSES INTERFINANCEIROS)

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

INSTITUIÇÕES	31/12/2017	31/12/2016
Recursos do Bancoob	1.151.132	175.717
(-) Despesa a apropriar Bancoob	[135.263]	[22.053]
TOTAL	1.015.869	153.664

12 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	2017	2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.799	3.991
Sociais e Estatutárias	119.215	35.402
Fiscais e Previdenciárias	92.700	99.773
Diversas	290.586	95.592
TOTAL	516.300	234.758

12.1 – SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados	43.330	14.971
Resultado de Atos com Não Associados	88	88
Cotas de Capital a Pagar	75.797	20.343
TOTAL	119.215	35.402

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% (Cinco por cento) das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para impostos e contribuições/lucros	7.678	889
Impostos e contribuições a recolher	85.022	98.884
TOTAL	92.700	99.773

12.3 – DIVERSAS

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	1	-
Provisão para Pagamentos a Efetuar [a]	159.784	70.969
Provisão para Demandas Judiciais [b]	-	4.162
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas [b]	34.185	-
Cretores Diversos - País	96.616	20.461
TOTAL	290.586	95.592

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com **Despesas de Pessoal e Despesas Administrativas**.

(b) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas refere-se à contabilização da provisão apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Até 31 de dezembro de 2016, esta provisão vinha sendo contabilizada na rubrica 4.9.9.35.00-2 – “Provisão para Contingências”, tendo sido reclassificada para a conta 4.9.9.45.00-9 a partir de janeiro de 2017, conforme determina o § 3º, do artigo 6º, da Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2017, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 2.965.496,13 (R\$ 945.537,66 em 31/12/2016), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CREDIADAG opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	14.089.101	11.109.210
Associados	1.092	793

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 15%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo para Aumento de Capital

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 45%, rateados e incorporados as respectivas contas de capital de cada associado.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Sobra líquida do exercício	866.599	135.519
Fundo de Aumento de Capital 45%	389.970	60.984
Reserva legal - 15%	129.990	13.552
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	43.330	6.775
SOBRA À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL	303.309	54.208

15 – INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

DESCRIÇÃO	2017	2016
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	128.407	72.929
Rendas de Empréstimos	2.581.988	1.264.147
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.702.632	1.483.660
Rendas de Financiamentos	321.391	204.207
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	9.875	-
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	16.088	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	6.343	3.630
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	22.400	1.459
TOTAL	4.789.124	3.030.032

16 – OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESCRIÇÃO	2017	2016
Despesas de agua energia e gás	[33.221]	[30.399]
Despesas de alugueis	[128.271]	[105.757]
Despesas de comunicações	[45.339]	[41.171]
Despesas de manutenção e conservação de bens	[12.123]	[6.483]
Despesas de material	[23.371]	[15.428]
Despesas de processamento de dados	[166.244]	[59.806]
Despesas de promoções e relações públicas	[46.401]	[75.687]
Despesas de propaganda e publicidade	[19.600]	[18.316]
Despesas de seguros	[13.189]	[6.471]
Despesas de serviços do sistema financeiro	[439.866]	[468.868]
Despesas de serviços de terceiros	[41.811]	[31.520]
Despesas de serviços de vigilância e segurança	[75.679]	[69.407]
Despesas de serviços técnicos especializados	[167.610]	[43.722]
Despesas de transporte	[48.908]	[55.143]
Outras despesas administrativas	[151.605]	[99.315]
Rateio de despesas da Central	[322.199]	[310.926]
Despesas de amortização	[10.534]	[7.180]
Despesas de depreciação	[73.468]	[60.663]
TOTAL	[1.819.439]	[1.506.263]

17 – OUTROS INGRESSOS/RENDAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2017	2016
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	39.398	13.856
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	134.843	45.899
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	873.902	1.177.891
Dividendos	39.250	-
Distribuição de Sobras da Central	11.823	-
Outras Rendas Operacionais	127.346	160.872
TOTAL	1.226.562	1.398.518

18 – OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	2017	2016
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(38.086)	(2.448)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(69.097)	(38.002)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(23.703)	(14.919)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(2.218)	(785)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(2.256)	(839)
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(51.968)	(43.297)
Outras Despesas Operacionais	(410.486)	(563.110)
Garantias Financeiras Prestadas	(30.023)	(927)
TOTAL	(627.837)	(664.327)

19 – PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

a) Operações Ativas:

31.12.2017		31.12.2016	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Diretores e Conselheiros	4.135.987	Diretores e Conselheiros	1.751.197
Gerentes	9.465	Gerentes	-
TOTAL	4.145.452	TOTAL	1.751.197

b) Operações Passivas:

31.12.2017		31.12.2016	
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Diretores e Conselheiros	1.090.070	Diretores e Conselheiros	843.396
Gerentes	3.313	Gerentes	1.286
TOTAL	1.093.383	TOTAL	1.233.087

No exercício de 2017 e 2016, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS	2017	2018
Honorários	[672.052]	[725.071]
Encargos Sociais	[130.274]	[209.547]
TOTAL	[802.326]	[934.618]

20 – COOPERATIVA CENTRAL

A COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DA GRANDE GOIANIA LTDA – SICOOB CREDIADAG, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB GOIÁS CENTRAL é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB GOIÁS CENTRAL a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIADAG responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB GOIÁS CENTRAL perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB GOIÁS CENTRAL:

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Centralização Financeira	8.370.068	8.944.795
INVESTIMENTOS	1.320.828	1.201.415

Os auditores independentes responsáveis pelo exame das demonstrações contábeis do SICOOB GOIÁS CENTRAL, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, emitiram relatório de auditoria datado de 15 de fevereiro de 2018, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

21 – OUTROS ASSUNTOS

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Risco e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS DE MERCADO E DE LIQUIDEZ DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB ANO 2017

1. O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob CREDIADAG objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, o Sicoob CREDIADAG, aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

4. No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

5. Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o Sicoob CREDIADAG, possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

MAURO FERREIRA DE MIRANDA
Diretor
C.P.F: 532.302.301-59

MOISES JORGE ABRAHAO
Diretor
C.P.F: 010.616.931-98

FABRICIA FREITAS DOS SANTOS
Contadora: CRC-GO 023273/O-6
C.P.F: 002.650.161-93



RESUMO DA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB ANO 2017

1. A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob CREDIADAG objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob CREDIADAG, aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;

b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;

c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

4. Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a conseqüente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

MAURO FERREIRA DE MIRANDA
Diretor
C.P.F: 532.302.301-59

MOISES JORGE ABRAHAO
Diretor
C.P.F: 010.616.931-98

FABRICIA FREITAS DOS SANTOS
Contadora: CRC-GO 023273/O-6
C.P.F: 002.650.161-93

RESUMO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO DE CRÉDITO DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB ANO 2017

1. O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob CREDIADAG objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

2. Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob CREDIADAG aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

3. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

4. Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob CREDIADAG possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

MAURO FERREIRA DE MIRANDA
Diretor
C.P.F: 532.302.301-59

MOISES JORGE ABRAHAO
Diretor
C.P.F: 010.616.931-98

FABRICIA FREITAS DOS SANTOS
Contadora: CRC-GO 023273/O-6
C.P.F: 002.650.161-93

RESUMO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCO OPERACIONAL DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL – SICOOB ANO 2017

- 1.** As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.
- 2.** O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- 3.** As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- 4.** Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- 5.** A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- 6.** Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2017.

MAURO FERREIRA DE MIRANDA
Diretor
C.P.F: 532.302.301-59

MOISES JORGE ABRAHAO
Diretor
C.P.F: 010.616.931-98

FABRICIA FREITAS DOS SANTOS
Contadora: CRC-GO 023273/O-6
C.P.F: 002.650.161-93

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DA GRANDE GOIÂNIA LTDA – SICOOB CREDIADAG, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, após analisar as peças que compõem o Balanço do Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e com base nas averiguações periódicas tendo em vista que estão de acordo com as normas exigidas, e que os mesmos espelham e representam integralmente a situação econômica, financeira, contábil e fiscal desta instituição, no ano exercício de 2017, é de parecer favorável pela sua aprovação.

Goiânia (GO), 23 de fevereiro de 2018.

Emmanuel Carlos Borges
Coordenador do Conselho Fiscal

Celso Augusto Ordones
Conselheiro Fiscal Efetivo

João Bosco Pinto de Oliveira
Conselheiro Fiscal Efetivo

Marco Vinicius Godoi de Melo e Cunha
Conselheiro Fiscal Suplente

E V E N T O S



22/06

REUNIÃO DE EQUIPE PARA IMPLANTAÇÃO
das 4 Disciplinas da Execução – Chris
McChesney (MCI), com foco nas metas
crucialmente importantes.

22/06

CELEBRAÇÃO DO DIA DE COOPERAR
(Dia C) realizando o 1º Bike Cooperativo,
com arrecadação de alimentos.



14/08

**VISITA DOS
DIRIGENTES** a
sede do Bancoob
destacando a
Campanha SipaG.



26/09

A COOPERATIVA ESTEVE PRESENTE na
SuperAGOS 2017 – 16ª Convenção e Feira de
Negócios para Supermercados e Panificadoras,
realizada no Centro de Convenções de Goiânia,
nos dias 26 e 28/09/2017, promovendo
seus produtos e serviços financeiros e os
diferenciais do cooperativismo de crédito.

20/10

Em 20/10, o **SICOOB CREDIADAG REALIZOU** a Assembleia Geral Extraordinária para deliberação do Plano de Sucessão.



24/11

ENCONTRO PARA Planejamento Estratégico para o biênio 2018/19, que contou com a participação dos empregados, diretores e conselheiros



25 E 26/10/2017

VISITA DOS MEMBROS DO CONSELHO de Administração e Dirigentes do Sicoob Crediadag no Sicoob Agrorural em Quirinópolis, nos dias 25 e 26/10/2017.



PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA PROVI/ Sicoob e Bancoob, por parte de conselheiros, dirigentes, colaboradores e associados.

06/12/2017

SICOOB CREDIADAG RECEBE PREMIAÇÃO e troféu FIDELIDADE COOPERATIVA CNV, na categoria de produtos pelo melhor desempenho em vendas do Seguros de Vida. E, um prêmio de R\$ 2.000,00 pelo quinto melhor desempenho na 1ª Campanha Interna SIPAG.



9/11

O SICOOB CREDIADAG REALIZOU a palestra sobre Perspectivas Econômicas e Financeiras com o diretor Presidente do Bancoob, Marco Aurélio Borges de Almada Abreu, para associados, diretores, conselheiros, empregados e convidados.



Atacadista Distribuidor,

quais opções de pagamento
você oferece ao seu cliente?

Com a MÁXIMA,
você oferece todas.



PAGAMENTO COM CARTÃO DE CRÉDITO



Funcionalidade comprovada
e aprovada pelos clientes do
Pedido de Venda da #Máxima



Máxima Sistemas

www.maximasistemas.com.br

Siga-nos



/maximasistemas



SICOOB
Crediadag

SEARCH